

A dois meses do lançamento do **Plano de Ação para a Produção e o Consumo Sustentáveis (PPCS)** ) pelo Ministério do Meio Ambiente, o tema ganha peso em rodadas de discussões ao redor do mundo. Até sexta-feira passada, foi realizada na sede da ONU, em Nova York, a

**18a. Conferência do fórum da Comissão de Desenvolvimento Sustentável** (CDS). Em São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) foi palco de debates sobre o impacto do consumo sobre a saúde do planeta, no início deste mês. Muitas discussões e uma certeza: é preciso apertar o passo na aprovação de medidas concretas, que garantam o protagonismo dos consumidores.

A coordenadora do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), **Lisa Gunn**, teme a distância entre a urgência de se aprovar medidas firmes e a capacidade dos atores sociais em fazê-lo.

— Não dá mais para negar que as principais causas do aquecimento global são os padrões insustentáveis de produção e consumo. E a corresponsabilidade é de governos, empresas e consumidores. Estamos há 20 anos discutindo o **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. É preciso acelerar — afirma

**Lisa**

— Hoje o consumidor está disposto a dar preferência a empresas que adotam medidas sustentáveis. Mas falta informação sobre as alternativas, ou há restrição econômica.

## **Plano de sustentabilidade tem cinco prioridades até 2013**

A entrada do tema na agenda internacional anima a secretária de Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, **Samyra Crespo**. É ela quem está à frente do PPCS, cuja primeira versão foi escrita em 2008. Mas o documento acabou sendo revisto para se compatibilizar com o P

**lano Nacional de Mudanças do Clima**

. A segunda versão do plano será submetida à consulta pública em julho.

Depois das eleições, o texto segue para a aprovação do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**.

— Uma das prioridades da ministra do Meio Ambiente é o lançamento do plano. Será um importante braço da Lei Nacional de Resíduos Sólidos — diz **Samyra Crespo**.

Para os três primeiros anos, foram eleitas cinco prioridades do plano, as quais já contam recursos: varejo e consumo sustentável; agenda ambiental na administração pública; educação para o consumo sustentável; aumento da reciclagem de resíduos sólidos; compras públicas sustentáveis; promoção de iniciativas de **PCS** em construção sustentável.

No governo, a aprovação do documento é vista como um passo importante para a consolidação do **Processo de Marrakesh** (ou Programa sobre Consumo e Produção Sustentáveis), ao qual o Brasil aderiu em 2007. O

PI

#### **ano de Produção e Consumo Sustentável**

será compartilhado com os demais países participantes e com a coordenação do processo, gerando subsídios para a construção do documento

#### **“Dez anos da Convenção-Quadro sobre Produção e Consumo Sustentável**

”, que será submetido à Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da ONU no ano que vem, ganhando dimensão política no cenário internacional.

— Enquanto o **Plano Nacional de Mudanças Climáticas** é voltado principalmente para as ações governamentais e do setor produtivo, o PPCS enfatiza o papel do consumidor e dos cidadãos brasileiros na demanda por produtos e serviços mais sustentáveis — completa **Samyra**.

### **Programa de certificação de frigoríficos não foi adiante**

O ex-ministro do Meio Ambiente e atual deputado estadual **Carlos Minc** enxerga avanços na produção e consumo sustentáveis no país. Ele lembra a assinatura, em dezembro de 2009, do

#### **Programa de**

#### **Certificação de Produção Responsável na Cadeia Bovina**

, pela Associação Brasileira de Supermercados (  
**Abras**  
).

— A ideia é excelente. Os supermercados contratariam certificadoras que vão às fazendas certificar se a pecuária segue todos os trâmites legais. Nós, ambientalistas, sempre achamos que multar resolve tudo. Não é verdade. É necessário procedimentos como este. Outro exemplo: lançamos um protocolo ambiental com bancos públicos. E o BNDES negou financiamento a vários frigoríficos, que atuavam irregularmente. Acredito no sucesso desses acordos.

No entanto, decorridos cinco meses de sua assinatura, o programa continua em fase de regulamentação, informou a Abras por meio de sua assessoria de imprensa. Esta morosidade é criticada por Lisa Gunn, para quem as empresas devem capitanear o processo de mudança:

— A principal fonte de gases estufa é o desmatamento no país, seguido pela pecuária. O supermercado tem que cobrar do frigorífico, que tem que cobrar (responsabilidade) do produtor. O Brasil faz o rastreamento da carne para exportação. Por que não faz para o mercado interno? As empresas deveriam assumir uma posição de liderança na mudança. E cabe ao poder público criar incentivos para que elas (empresas) olhem as mudanças necessárias não como custo, e sim como uma oportunidade.

**A reportagem é de Emanuel Alencar e publicada pelo jornal O Globo, 19-05-2010.**